

Recebimento: 14/11/2017

Aceite: 01/11/2018

O PAPEL DO ATOR ORGANIZACIONAL NO PROCESSO DE TRANSFORMAÇÃO SOCIAL EM TERRITÓRIOS

THE ROLE OF THE ORGANIZATIONAL ACTOR IN THE PROCESS OF SOCIAL TRANSFORMATION IN TERRITORIES

Suzanne Érica Nóbrega Correia¹

Veronica Macario de Oliveira²

Carla Regina Pasa Gómez³

Resumo

O presente artigo tem como objetivo analisar o papel do ator organizacional no processo da transformação social em territórios como promotor de ganhos e respostas sociais. Para tanto, realizou-se um estudo de natureza qualitativa e teve como caso a Articulação do Semiárido (ASA). Assim, a seleção das ONG's vinculadas à ASA que atuam nos estados PB, PE e RN foram consideradas como unidades de análise do caso investigado. A Análise de Conteúdo foi adotada para o tratamento dos dados, apoiada pelo uso do software Atlas.Ti. Os resultados demonstram que o ator organizacional desempenha os papéis de aumento da capacidade da sociedade de agir, da criação de novos papéis e relacionamentos e da promoção do acesso aos recursos, permitindo aos agricultores familiares satisfazer melhor suas próprias necessidades. O foco no resultado é uma característica da inovação social, referindo-se principalmente aos ganhos de cunho social, envolvidos no pensamento da coletividade, da qualidade das relações entre gêneros e gerações, à criação de oportunidades para a população e de empoderamento. Conclui-se, portanto, que a iniciativa de inovação social estudada se caracteriza por sua disseminação vinculada às ações específicas articuladas em rede e adaptadas aos contextos, tendo o ator organizacional como principal condutor e representante da transição paradigmática.

Palavras-chave: Inovação social. Desenvolvimento local. Ganhos sociais.

Abstract

This article aims to analyze the role of the organizational actor in the process of social transformation in territories as a promoter of social gains and responses. For this purpose, the study was of qualitative nature and the case was a network created Semiarid Articulation. A selection of the NGOs linked to ASA, which work within the Brazilian states of PB, PE and RN was the analysis unit of the investigated case. The Analysis of the Content was adopted for data handling, supported by the

¹ Doutora em Administração (UFPE). Professora da Universidade Federal de Campina Grande, Campina Grande – PB, Brasil. E-mail: suzanne.enc@gmail.com

² Doutora em Administração (UFPE). Professora da Universidade Federal de Campina Grande, Campina Grande – PB, Brasil. E-mail: veronicamacario@gmail.com

³ Doutora em Engenharia de Produção (UFSC). Professora da Universidade Federal de Pernambuco, Recife – PE, Brasil. E-mail: carlapasagomez@gmail.com

software Altas.Ti. The results demonstrate that the organizational actor plays the roles of increasing society's capacity to act, creating new roles and relationships, and promoting access to resources, enabling family farmers to better meet their own needs. The focus on the result is a characteristic of social innovation, referring mainly to social gains, involved in collective thinking, the quality of relationships between genders and generations, the creation of opportunities for the population, and empowerment. It is concluded, therefore, that the social innovation initiative studied is characterized by its dissemination linked to the specific actions articulated in a network and adapted to the contexts, having the organizational actor as the main driver and representative of the paradigmatic transition.

Keywords: Social innovation. Local development. Social gains.

Introdução

Iniciativas de inovação social decorrem a partir da consciência de um determinado território como um espaço marcado por necessidades econômicas, culturais e ambientais não satisfeitas pelo modelo de desenvolvimento com viés economicista. Emerge, assim, uma mudança paradigmática a partir das relações sociais construídas entre atores que permitem que o território seja um espaço de potencialidades, articulações e mobilizações para moldar respostas em relação àquelas realidades e àqueles desafios sociais e desempenhar papéis decisivos para o desenvolvimento local (MacCallum, 2009; Gabriela, 2012; Moulaert, 2013), incorporados nos setores-chaves, como saúde, educação e assistência social.

Os atores envolvidos nesse processo devem focar em iniciativas que propiciem uma transformação da sociedade, atuando como sujeitos participativos ao propor políticas específicas dirigidas à mudança dos desequilíbrios sociais, econômicos, institucionais, ecológicos e culturais que enfrentam e que possibilitam novas oportunidades de desenvolvimento humano (Klein et al., 2012). Por meio de sua participação, as iniciativas de inovação social se associam ao conceito de transformação social, da criação de novos objetivos econômicos e sua regulamentação, da proteção ao meio ambiente, de um novo papel representado na esfera política, da descentralização e da cooperação entre os atores sociais e os demais atores (Cloutier, 2003; Klein; Tremblay, 2013).

O aspecto “social” inserido nessas questões contempla dimensões-chave que devem ser examinadas simultaneamente, para que se possa verificar o nível de progresso social, como padrões materiais de vida (renda, consumo e riqueza); padrões de saúde; educação; atividades pessoais, incluindo o trabalho; participação política e governança; conexões e relações sociais; meio ambiente (condições atuais e futuras); insegurança, de natureza econômica e física (Stiglitz; seN; Fitoussi, 2009).

Dentro desse contexto, surge o ator organizacional, que tem uma função destacada dentro do processo de inovação social, desenvolvendo papéis que podem ajudar na identificação das necessidades sociais, no desenvolvimento do processo de implementação da inovação social até a sua consolidação (Correia; Oliveira; Gómez, 2016). Portanto, faz-se necessário apreender os fatores que explicam o papel desse ator no processo da transformação social, uma vez que os seus componentes parecem estar interligados em um todo complexo, na estruturação de novas relações entre outros atores e as formas como o percurso traçado possibilita ganhos e respostas às necessidades sociais.

Dessa forma, a inovação social provoca o ator organizacional, muitas vezes representado pelas organizações da sociedade civil (OSC), a se concentrar em melhorias de determinadas localidades a partir do seu envolvimento no processo de transformação social, por meio da cooperação entre os atores envolvidos e na formalização de redes ou parcerias sociais.

Diante do que foi apresentado, este artigo tem como objetivo analisar o papel do ator organizacional no processo da transformação social em territórios como promotor de ganhos e respostas sociais.

Este trabalho revela resultados da análise da Articulação do Semiárido (ASA) como uma emblemática organização da sociedade civil brasileira que promove, como ator organizacional, iniciativas de inovação social que expressam a ação ativa e propositiva da sociedade em um contexto político em protesto contra a permanência de graves problemas ambientais e socioeconômicos em

uma extensa região que ocupa 18,2% (982,566 Km²) do território nacional, abrange mais de 20% dos municípios brasileiros (1.135 municípios de 9 estados) e casas sobre 11,84% da população do país.

Torna-se, portanto, um exemplo dos esforços da sociedade civil para transformar a realidade do seu território e o potencial de seus programas para garantir a segurança alimentar para as populações locais.

Em termos estruturais, está organizado em cinco seções. Além desta introdução, é apresentada na seção dois a perspectiva teórica da inovação social. Na terceira seção, descreve-se o percurso metodológico adotado para a realização deste estudo. Na sequência, os resultados são apresentados e, ao final, são discutidas as considerações finais dos autores.

Inovação social

O termo inovação social surgiu após a Revolução Industrial, com conotações diferentes (Godin, 2012). Uma delas, vinculada ao socialismo radical representado por pensadores como Fourier, Saint-Simon e Proudhon, com pensamento na mudança drástica e fundamental da ordem social. Por outro lado, o termo vinculava-se a reformas sociais e à justiça social, a partir da luta pela introdução de um sistema de educação geral, pela legalização dos sindicatos e do reconhecimento de novos direitos. No final do século XIX, a inovação social perdeu seu apelo revolucionário, tornando-se um objetivo para novas alternativas às normas (Warnock, 2013; Arniani et al., 2014; Copus et al., 2017).

A inovação social reencontrou sua escrita entre as décadas de 60 e 70 (BEPA, 2011; Arniani et al., 2014), desenvolveu-se a partir dos anos 80, essencialmente no domínio da aprendizagem (ensino e formação), dos processos institucionais do desenvolvimento socioeconômico, envolvendo principalmente as questões ligadas à competitividade das empresas, como as relacionadas ao ordenamento do território (André; Abreu, 2006). Enquanto o conceito de inovação tecnológica era centrado em objetos/produtos, a inovação social incidia sobre contextos de emprego, qualificação, segurança social, regiões, funcionando assim como duas abordagens diferentes com objetivos convergentes.

Na mesma década, vários pesquisadores do *Centre de Recherche sur les Innovations Sociales* (CRISIS) passaram a questionar a relação exagerada entre as inovações tecnológicas e as sociais (Lévesque, 2002). Então, o CRISIS passou a focar seus estudos na busca de pontes entre o desenvolvimento econômico e o desenvolvimento social, estabelecendo uma ligação entre as inovações sociais (consideradas como nível micro) e transformações sociais (consideradas como nível macro), usando como ambiente de estudo o Modelo de Quebec. A partir desses estudos, os conceitos gerados de inovação social tenderam a se afastar da literatura especializada em inovação, incluindo as contribuições neo-schumpeterianas e evolucionistas (Lévesque, 2002).

Bock (2012), em uma perspectiva ampla, sugeriu o uso da inovação social de três maneiras diferentes, a saber: a) associada à inovação, a partir de uma mudança na tecnologia, produto ou prática administrativa, que são social, cultural e territorialmente incorporadas; b) alerta para o fato de que nem todas as inovações são socialmente responsáveis; c) descritora de uma mudança nas relações sociais, comportamento das pessoas, normas e valores, no investir na sociedade civil e no desenvolvimento comunitário, no apoio à ação coletiva, no autogoverno e no empoderamento político.

Nesse contexto, estudos sobre inovação social discutem alternativas de crescimento e de desenvolvimento das comunidades e dos indivíduos, já que a questão central está focada na busca da realização e das potencialidades dos indivíduos, de um melhor nível de condição de vida e bem-estar, na busca pela inclusão social e na realização desses indivíduos como pessoas humanas (Caron, 2007; BEPA, 2011; Howaldt; Domanski; Kaletka, 2016). Torna-se, portanto, um conceito amplo e extenso, com foco em uma atitude crítica e em um desejo de mudança (seja por meio de ação deliberada, intencional ou voluntária), que culmina em um processo de emancipação e de produção de conhecimento pelos próprios atores envolvidos.

A inovação social compreende a utilização de novas formas (ideias, produtos, tecnologias, metodologias), que permitam promover a inclusão social, a geração de trabalho, a renda e melhorias nas condições de vida (Farfus; Rocha, 2007; Mulgan et al., 2007; Phills; Deiglener; Miller, 2008; Poll; Ville, 2009; Murray; Caulier-Grice; Mulgan, 2010; Cajaiba-Santana, 2014; Bitterncourt; Ronconi, 2016), revestindo-se de qualidade cidadã e transcendendo o sentido meramente de valor econômico. São atividades coletivas que assumem uma mudança nas atitudes, comportamentos ou

percepções unidas em uma rede de interesses (Neumeier, 2012), com uma conotação positiva e são favoráveis ao bem-estar, envolvem conquistas desejáveis para a melhoria comum (Tardif; Harrison, 2005; Klein; Harrison, 2007; Assogba, 2010; Howaldt; Kopp; Schwarz, 2015; Bock, 2016).

Deve-se, portanto, atender a dois critérios: o da novidade, não necessariamente original, devendo ser nova para os atores envolvidos, para o contexto ou forma de aplicação; e o da melhoria, trazendo um resultado mais eficaz do que as alternativas já existentes (Mulgan et al., 2007; Phills; Deiglener; Miller, 2008; Moulaert, 2009).

Para superar o impasse dessas duas perspectivas, é importante englobar tanto a combinação do resultado (finalidade social), quanto do processo (ênfase no caráter participativo e colaborativo da aprendizagem) nas definições de inovação social (Hulard; Ferrarini, 2010). Nessa abordagem integrada, o produto da inovação social não pode ser isolado do processo ou da forma como a inovação foi organizada e desenvolvida.

É preciso considerar que as condições para o surgimento da inovação social estão na combinação de fatores que possibilitam o surgimento de uma sinergia entre diversos atores frente ao contexto em que estão inseridos. Assim, a característica fundamental das inovações sociais é a presença de atores dos diversos setores da sociedade e interagindo em prol do desenvolvimento do território.

Dessa forma, iniciativas de inovação social incidem no desenvolvimento do território (Bitterncourt; Ronconi, 2016), com o objetivo de obter uma resposta a necessidades humanas não satisfeitas, ou porque “ainda não” ou porque “não mais” é percebida como importante pelo mercado ou pelo Estado, vinculada à alteração nas relações sociais, especialmente no que diz respeito à governança, aumentando o nível de participação de todos, especialmente dos grupos desfavorecidos da sociedade, que estuda o aumento da capacidade sócio-política e o acesso aos recursos necessários para reforçar os direitos para a satisfação das necessidades e para a participação dos indivíduos (Moulaert et al., 2013).

Estudos sobre inovações sociais com foco no território se preocupam com os papéis dos atores sociais e suas práticas inovadoras na reestruturação territorial contemporânea, na emergência das redes sociais e suas ligações com as novas formas de territorialidade; as relações entre as organizações, os atores sociais e os órgãos políticos locais; identidades locais e as suas ligações com o desenvolvimento econômico e social e os mecanismos de governança territorial (Cloutier, 2003).

É na diversidade do território que se fortalece o ator organizacional como representação forte e mais ampla dos interesses das partes interessadas, em um sistema de governança participativa e democrática. Caracteriza-se ainda pelos tipos de relações que têm com os seus beneficiários, pela capacidade de fortalecer a relação de confiança dentro e em torno da organização e da mobilização de recursos dos indivíduos e da comunidade local (Borzaga; Defourny, 2004; BEPA, 2011).

Portanto, o ator organizacional exerce o papel de vislumbrar como as inovações sociais são desenvolvidas, implementadas e difundidas. Um dos principais aspectos a ser observado é que as iniciativas de inovação social preveem como centrais a adoção de estratégias de mobilização e de envolvimento de comunidades no processo de mudança, pressupondo ampla participação social do ator organizacional, desde a elaboração de um diagnóstico local até a formulação, a implementação e o monitoramento das ações.

O ator organizacional encontra sua forma de articulação coletiva como ator legitimado na defesa dos atores sociais que representa e que se configura em organizações da sociedade civil, situado entre o mercado e Estado, agindo de forma coletiva.

Dada a amplitude dos discursos ora expostos, sente-se a necessidade de considerar uma definição de inovação social que englobe os conceitos essenciais apresentados pelos autores do tema, direcionados ao papel do ator organizacional. Assim, entende-se que as inovações sociais são processos desenvolvidos por atividades coletivas que buscam atender às necessidades sociais, difundidas por intermédio de atores para gerar ganhos e resposta social (Correia; Oliveira; Gómez, 2016) capazes de gerar a transformação social em territórios.

O Papel do ator organizacional no processo de transformação social em territórios

A inovação social se direciona para práticas constituídas nas comunidades locais e nos contextos territoriais, gerando uma complexa rede de interconexões espaciais (Moulaert, 2009). Em termos mais amplos, segue a rejeição de políticas de cima para baixo (exógenas) e as puramente

endógenas e busca-se o desenvolvimento neo-endógeno por meio do equilíbrio entre a iniciativa local e seus recursos com as fontes de inovação que podem ser acessadas pelas redes que se estendem em um contexto espacial mais amplo (Bosworth et al, 2015; BOCK, 2016).

A colaboração no espaço é uma condição primordial do desenvolvimento territorial, tendo a inovação social o papel de deslocar os atores fixos em áreas restritas para um papel mais fluido de atores e redes funcionais que transcendem os limites de lugares específicos.

Nessa perspectiva, o foco no resultado é uma característica da inovação social, referindo-se principalmente aos ganhos e às respostas sociais, envolvidos no pensamento da coletividade, da qualidade das relações entre gêneros e gerações, na criação de oportunidades de empoderamento para a população e de desenvolvimento para seus territórios.

A utilização de papéis do ator organizacional para o processo de inovação social em territórios que sejam capazes de gerar ganhos e respostas sociais apresenta-se como categorias de análise que permitem mapear as ações desse ator, auxiliando nos trabalhos de planejamento, implementação e difusão de iniciativas de cunho social. Permite, assim, um acompanhamento das principais variáveis de interesse do contexto e possibilita o planejamento de ações visando a melhorias de desempenho, conforme apresentado no Quadro 1.

Quadro 1: Papéis do ator organizacional para promover ganhos e respostas sociais

Papel	Descrição
Transformação social	As inovações sociais promovem mudanças nos territórios onde são implantadas, atendimento aos interesses coletivos das comunidades envolvidas em redes de articulações e dos indivíduos, ensejando melhorias nas suas condições de vida.
Ganhos sociopolíticos	A inovação social estimula a participação e a emancipação dos indivíduos e das comunidades beneficiados no processo de formação e de consolidação das identidades de seus territórios.
Ganhos econômicos, culturais e ambientais	Os ganhos econômicos surgem como resposta à mudança nas formas de executar as atividades em um determinado contexto, por meio do aumento do desempenho econômico de determinada região.
	Os ganhos culturais garantem a pluralidade étnica e cultural das comunidades, buscando o fortalecimento e a manutenção das identidades culturais, o respeito ao conhecimento tradicional das ações inovadoras que contribuam para a valorização regional.
	Os ganhos ambientais refletem a aproximação entre o meio ambiente e o desenvolvimento, envolvendo promoção do manejo sustentável da base de recursos naturais.

Fonte: Elaborado pelos autores.

O que é distintivo na inovação social em territórios é a importância atribuída à inclusão social e o efeito benéfico esperado para a sociedade como um todo (Murray et. al., 2010; Bock, 2016). Preconiza-se que a inovação social se classifique com objetivos de mudança social, destacando a preocupação com a solução dos problemas sociais e a busca de melhores condições de vida dos indivíduos e/ou comunidades (Cloutier, 2003; Buckland; Murillo, 2013), o que a torna reconhecida como tal, não só pelo caráter inovador das soluções propostas, mas, principalmente, por causa dos resultados alcançados e dos objetivos delimitados, que ensejam a emancipação dos atores sociais e a sua articulação com o demais atores no processo de transformação social em territórios. Isso porque a transformação social não pode ser alcançada por meio de uma única organização ou setor, sempre envolve uma complexa interação de cultura, práticas de negócios, legislações e fatores políticos. Logo, para que aconteça uma mudança nos territórios onde as inovações sociais são implantadas, prioritariamente, deve-se envolver uma mudança de atitudes e de comportamentos por parte dos atores envolvidos.

As inovações sociais destinam-se principalmente a promover a coesão social e a solidariedade (Assogba, 2010) nesse processo de transformação social. Destaca-se a importância da rede de interesses que alinha as pessoas e suas experiências e que promove a mudança de atitudes, comportamentos ou percepções que geram novas e melhores ações colaborativas (Neumeier, 2012). Essas redes de articulação são promovidas por uma diversidade de atores e se tornam exemplos de transformação social por provocar mudanças em territórios.

Além disso, a perspectiva da transformação social reconhece a importância de difundir as inovações sociais a partir de um processo continuado da inovação social que permite que essas inovações localizadas possam ter oportunidades de difusão para outros contextos. Essa capacidade de escalabilidade para replicar a inovação se torna importante por duas razões: 1) porque muitos dos problemas sociais atuais são globais, sendo necessárias soluções globais; e 2) como muitos dos sistemas são globalizados ou atuam em grande escala, o que funciona em um território, muitas vezes, pode ser estendido para o outro (Buckland; Murillo, 2013).

Há de se considerar ainda que a transformação social traz ganhos sociopolíticos ao território. Isso porque a IS estimula a participação social no processo de formação e de consolidação das identidades do território. Isso facilita a construção de consenso básico entre os atores sociais sobre os aspectos essenciais do desenvolvimento local.

Nesse sentido, ocorre a perspectiva *bottom-up* da inovação social, na qual a sociedade civil (re)descobre seu poder de cooperação, tornando-se um agente ativo na busca de soluções para as necessidades sociais locais, atuando de forma criativa por meio de produtos, serviços, lugares, conhecimentos, habilidades e tradições existentes, bem como por meio do gerenciamento de seus próprios recursos, sem esperar por uma mudança *top-down* e geral na política, na economia, ou nos ativos institucionais e de infraestrutura do sistema (Moulaert et al., 2013; Manzini, 2014).

Pratt (2011) apresenta quatro funções-chave das organizações da sociedade civil que são aplicadas a esse papel. A primeira delas é gerar a base para a democracia. A sociedade civil se adapta e se alinha a processos de negociação e de representação quando se encontram dentro de uma cultura democrática (perspectiva *bottom-up*). Nesse contexto, ela contribui com o nível processual básico, a exemplo da condução de eleições livres, criando normas, sistemas e redes que garantam a democracia em experiências interativas a nível local, tornando a sociedade civil forte e pluralista junto ao Estado. A segunda função-chave é promover a responsabilização política. A sociedade civil tem a expectativa de fazer com que o Estado escute suas necessidades, para isso são formadas organizações da sociedade civil com o objetivo de articular o interesse dos cidadãos com as responsabilidades políticas do Estado. A terceira função considera a sociedade civil como fonte de inovação, que cria e promove alternativas para sanar seus problemas sociais, implementando inovações sociais dentro de suas realidades e territórios. Por fim, a quarta função-chave está associada à legitimidade. Espera-se que as organizações da sociedade civil sejam reconhecidas como legítimos canais de representação dos cidadãos e de seus interesses. Esse é um dos desafios enfrentado pelos cidadãos de países menos desenvolvidos que encaram uma luta frente ao Estado e ao mercado para obter legitimidade.

Dessa forma, convidar a sociedade civil a ser corresponsável junto ao Estado é permitir que os indivíduos se tornem emancipados politicamente, comprometidos com a recriação de uma sociedade com mais justiça e equidade, assegurada pelo processo solidário entre os indivíduos.

Considerando a possibilidade de os atores organizacionais criarem estratégias de articulação entre diversos tipos de atores e procurarem vincular as oportunidades oriundas do governo com as ideias originadas pela comunidade, a partir da identificação de suas próprias necessidades, que sejam capazes de gerar uma combinação de oferta e demanda efetivas (Mulgan et al., 2007), espera-se que sejam alcançados ganhos econômicos, culturais e ambientais para o território.

Esses ganhos sociais são ações que nascem no território e criam a possibilidade de desenvolver novos serviços, novos processos, novos produtos e fomentar o empreendedorismo (Fontan; Klein; Tremblay, 2005). Esses empreendimentos, em grande parte, são iniciativas de economia solidária qualificada como de inovação social, que se articulam por um sistema reticular, cujas relações sociais, imbuídas em cooperação, reciprocidade e solidariedade, contribuem para o desenvolvimento do território (Fontan; Klein; Lévesque, 2003; Lévesque, 2008).

Assim, a inovação social ganha sustentação formada por diferentes atores que fomentam e apoiam a inovação no sentido de se tornar uma política pública que dinamiza o desenvolvimento do território. A cooperação dos atores destaca a inteligência coletiva e a produção de conhecimento a

partir da experimentação social que age em prol de mudanças pertinentes à dimensão política pública, subsidiando a territorialidade da inovação social (Bitterncourt; Ronconi, 2016).

Desse modo, considera-se que a definição dos papéis a serem desempenhados pelo ator organizacional podem ajudar a fornecer informações de alerta precoce para evitar resultados diversos; apoiar-se no sistema de tomada de decisão; formular estratégias e estabelecer metas de melhoria contínua (Fiksel; Eason; Frederickson, 2012) dos territórios. Esses papéis devem refletir uma ideia social, ser válidos e significativos, sensíveis ao fenômeno subjacente, inteligíveis e de fácil interpretação e se relacionar de modo apropriado com outros papéis (Noll, 2004). A utilização de papéis para capturar as características essenciais de inovação social em territórios é necessária por três motivos (EVA et al., 2013): 1) na necessidade de se ter uma resposta concreta que sirva como referência confiável para a formação de argumentos para apoiar os atores envolvidos no processo de tomada de decisões; 2) na operacionalização do termo inovação social que consiga ligar os pressupostos teóricos aos empíricos; e 3) na oferta de um subsídio vinculado às organizações específicas envolvidas nos projetos.

Os papéis apresentados aqui se tornam uma ferramenta de tradução do conceito teórico e abstrato atrelado aos ganhos e às respostas sociais de inovação social. Isso poderá ajudar a estabelecer uma perspectiva abrangente sobre a criação de valor social nos territórios e contribuir para que os atores organizacionais legitimem suas atividades de inovação social, embasados em dados que caracterizem a realidade social e promovam o desenvolvimento local. Uma inovação social deve ser entendida não apenas como critério definidor de mediação para utilização de tecnologias, mas como uma ferramenta que alcance a quem dela precisa e que gere como resultado a mudança do ambiente.

Procedimentos metodológicos

Este artigo tem como objetivo analisar o papel do ator organizacional no processo da transformação social em territórios como promotor de ganhos e de respostas sociais. Adotou-se, então, uma abordagem pragmática, que, enquanto concepção, surge mais das ações, das situações e das consequências do que das condições antecedentes, buscando compreender a complexidade (Creswell, 2010) dos aspectos envolvidos no desenvolvimento e implementação de iniciativas de inovação social.

A pesquisa classifica-se como descritiva e exploratória por visar essencialmente à descrição, à compreensão e ao enriquecimento da discussão empírica associada à construção do processo da inovação social, a partir da apresentação dos papéis do ator organizacional. Escolheu-se uma abordagem qualitativa para aprofundar o estudo de caso.

A seleção da Articulação do Semiárido (ASA) como estudo de caso desta pesquisa ocorreu por ser considerada uma iniciativa que acompanha a prática do desenvolvimento local; por ser baseada em padrões de mudanças de comportamento e em estruturas organizacionais, tendo como objetivo a criação de meios de inclusão social; introduz algo novo para sua região que seja considerado uma inovação social e tem a participação ativa da sociedade civil.

Definiu-se o critério da acessibilidade para desenvolvimento da pesquisa qualitativa, com o objetivo de enfrentar algumas dificuldades práticas ou técnicas (Flick, 2009) inerentes a este tipo de pesquisa, investigando, assim, as representações estaduais da ASA, chamadas de Coordenações Executivas, nos Estados da Paraíba (PB), Rio Grande do Norte (RN) e Pernambuco (PE), totalizando quarenta e nove representações.

Para responder as questões norteadoras deste estudo no que tange aos papéis do ator organizacional no processo da transformação social em territórios, foram consideradas como potenciais unidades de análise todas as organizações da sociedade civil vinculadas às coordenações estaduais da ASA e que atuam nos três estados supracitados. Assim, foram enviados e-mails para os seus representantes, solicitando uma entrevista, de acordo com a disponibilidade dos mesmos. A quantidade de entrevistados foi definida quando os papéis do ator organizacional identificados no estudo atingiram o ponto de saturação adequado para responder aos objetivos da pesquisa (Paiva Jr; Leão; Mello, 2011), totalizando em 18 (dezoito) sujeitos sociais.

Como estratégia de coleta de dados, utilizaram-se dados e evidências de diferentes naturezas, a saber: a pesquisa bibliográfica, como forma de obter embasamento teórico para a construção das dimensões de análise e seus papéis nas iniciativas de inovação social; a pesquisa documental para

levantar dados e informações necessárias sobre os objetos de estudo, a exemplo de regimentos, normas e procedimentos, informativos e livros publicados pelas organizações; a pesquisa de campo consolidada pelas entrevistas semiestruturadas com os sujeitos e a observação não participante através das visitas e da vivência junto às organizações durante o período da pesquisa.

Nesse sentido, foi realizada a triangulação entre os instrumentos de coleta de dados com o objetivo de aumentar a confiabilidade da pesquisa (Yin, 2015), utilizando multimeios de coleta de dados.

A análise dos dados tem como objetivo organizar e interpretar os dados de tal forma que possibilite o cumprimento dos objetivos propostos. Dessa forma, o tratamento dos dados deu-se a partir da análise de conteúdo, que consiste na identificação, codificação e categorização dos primeiros padrões de dados, significando analisar o conteúdo das entrevistas e observações realizadas, abrangendo a explicitação, a sistematização e a expressão das mensagens, com a finalidade de se efetuarem deduções lógicas e justificadas sobre sua origem e contexto (Bardin, 2011).

Para proceder à análise das entrevistas, utilizou-se, como ferramenta de apoio, o *software* de pesquisa qualitativa ATLAS.ti, que objetiva facilitar a análise qualitativa e por apresentar flexibilidade para geração de dados.

Ilustrando o papel do ator organizacional para promover ganhos e respostas sociais: o estudo de caso da Articulação do Semiárido (ASA) – Brasil

Esse caso é tomado como um caso emblemático do ator organizacional brasileiro que surge para expressar a ação ativa e propositiva da sociedade em um contexto político em protesto contra a permanência de graves problemas ambientais e socioeconômicos em uma extensa região que ocupa 18,2% (982,566 Km²) do território nacional, cobre mais de 20% dos municípios brasileiros (1.135 municípios de 9 estados) e abriga cerca de 11,84% da população do país.

Torna-se, portanto, um exemplo dos esforços da sociedade civil para transformar a realidade do seu território e o potencial de seus programas para garantir a segurança alimentar para as populações locais.

A ASA trouxe um debate acerca da realidade vivenciada pelo território do semiárido e o entendimento de que a seca não pode ser combatida, mas é necessário aprender a lidar com as especificidades da região e buscar alternativas endógenas para a convivência com ela. Esse ator organizacional surgiu após a elaboração da Declaração do Semiárido, documento que sistematiza os princípios e propostas das entidades reunidas em um esforço coletivo de articulação política regional da sociedade civil organizada, no semiárido brasileiro, como uma organização apartidária e sem personalidade jurídica, regida por mandato próprio. O fundamento da atuação da ASA está no compromisso com as necessidades, potencialidades e interesses das populações locais daquele território, em especial os/as agricultores/as familiares, o que inclui as questões relacionadas à conservação, ao uso sustentável e à recomposição ambiental dos seus recursos naturais bem como à quebra do monopólio de acesso à terra, à água e a outros meios de produção.

Busca-se contribuir para a implementação de ações integradas para aquele território, fortalecer inserções de natureza política, técnica e organizacional, demandadas das entidades que atuam nos níveis locais e apoiar a difusão de métodos, técnicas e procedimentos que contribuam para a convivência com o semiárido. A proposta é sensibilizar a sociedade civil, os formadores de opinião e as decisões políticas para uma ação articulada em prol do desenvolvimento sustentável, a partir das potencialidades daquele território; contribuindo, assim, para a formulação de políticas estruturadoras para o seu desenvolvimento, bem como para monitorar a execução das políticas públicas (ASA, 1999).

Atualmente, a ASA representa mais de 700 organizações da sociedade civil e se destaca pela conquista do Programa de Formação e Mobilização Social para a Convivência com o semiárido brasileiro. O objetivo central desse programa é desencadear processos de discussão e envolver as famílias no fomento à construção de cisternas e de pequenas infraestruturas hídricas para produção de alimentos, para captação e armazenamento de águas de chuva que são usadas para o consumo doméstico e para produção agrícola, no período de estiagem, garantindo, de forma complementar, a segurança e a soberania alimentar das famílias do meio rural. Nesse intuito, o programa desenvolve dois projetos, o Programa Um Milhão de Cisternas (P1MC), que prevê a construção de um milhão de

cisternas para armazenamento de água de chuva para consumo humano, e o Programa Uma Terra, Duas Águas (P1+2), que fomenta a implementação de tecnologias sociais voltadas ao aproveitamento hídrico para a produção de alimentos – cisternas calçadão, tanques de pedra, infraestruturas que dão suporte para o fortalecimento da estrutura hídrica e de segurança alimentar e nutricional das famílias e comunidades de agricultores familiares. A metodologia adotada pelos dois programas parte de um processo de capacitação, intercâmbios de experiências da construção das cisternas e das pequenas infraestruturas hídricas para produção de alimentos e da implantação de equipamentos para subtração da água de subsolo em poços rasos para dessedentação animal.

Ganhos e respostas sociais no território

Um dos principais objetivos da inovação social estudada é o de fortalecer a sociedade civil, por meio da mobilização e do envolvimento da população da região para que sejam estabelecidas novas práticas políticas, que permitam que as soluções tecnológicas de adaptação à seca estejam ao alcance de quem precisa.

Os papéis definidos são focados nos resultados gerados aos atores sociais embasados na justificativa social da convivência com o semiárido, na possibilidade de construção de alternativas apropriadas de trabalho e de melhoria na condição de vida, principalmente para os que vivem de atividades agrícolas. Assim, a construção de alternativas de desenvolvimento junto a comunidades com necessidades sociais latentes exige articulação e medidas sustentáveis com as iniciativas sociais que resultem em ganhos e respostas sociais.

A ASA, enquanto ator organizacional de inovação social, se envolve na promoção da transformação social do semiárido brasileiro por meio de atividades coletivas e individuais que estão principalmente relacionados ao combate às consequências da falta de água para consumo e para plantio, apresentando como justificativa o aproveitamento máximo dos recursos hídricos numa região onde a água é o ponto de estrangulamento ao bem-estar humano. Nesse processo de transformação social, os principais ganhos para as famílias beneficiadas se relacionam com a disponibilização de tempo para o trabalho, diminuição de gastos com aquisição de água e com saúde, principalmente em decorrência da ingestão de água de boa qualidade que promoveu a redução de doenças (verminoses) e se refletiu na melhoria da frequência escolar das crianças.

A inclusão social decorrente dessas atividades pode significar a valorização de cada indivíduo, por intermédio do acolhimento coletivo e do sentimento de pertencimento que venha a promover a representação de seus interesses e o desenvolvimento de suas capacidades para participar dos processos de decisão de interesse comunitário e territorial. Assim, a formação de redes de atores como atuantes no estabelecimento de relações de reciprocidade com foco na valorização de suas comunidades e do território fortalece o papel das organizações sociais de mobilização e de negociação para assuntos de interesse da coletividade, por meio do poder da representatividade. Isto possibilita aos atores sociais se tornarem independentes para buscar e conhecer outras técnicas de convivência em seu contexto e de acordo com suas necessidades específicas.

O fortalecimento da organização dos atores sociais a partir da gestão coletiva do conhecimento e a articulação em redes, legitimada pela ASA, sinalizam para o respeito que essas entidades têm para com os valores e tradições do povo do semiárido. Nesse contexto, na medida em que estabelece um processo de articulação, contribui para a construção de um sentido de realidade e de demandas sociais atendidas.

Entende-se, assim, que a implementação da inovação social bem como seus resultados atrelados à transformação social do semiárido brasileiro são projetos de cunho coletivo, visto que foram construídos pela própria população e são norteadores das práticas e de procedimentos das organizações da sociedade civil que os representam. Um processo social construído em longo prazo, no qual as organizações da sociedade civil procuram promover uma publicização da convivência com o semiárido, fazendo com que o interesse individual se torne coletivo, tornando-se uma fonte de legitimidade dos atores sociais.

Quanto ao papel de promover ganho sociopolítico, as organizações da sociedade civil parceiras nos programas P1MC e P1+2 ganharam força a partir do processo de redemocratização da política de convivência com o semiárido, a partir da difusão de uma nova concepção de desenvolvimento local daquele território. Constatou-se que a IS analisada resultou em

empoderamento das comunidades envolvidas nas políticas de convivência com o semiárido, promovendo um processo de desenvolvimento de novas formas de organização do trabalho e de novas práticas sociais que visavam torná-las mais independentes por meio de melhores métodos de produção e garantia da segurança alimentar. Isto porque os programas desenvolvem um conjunto de ações referenciais para o desenvolvimento das comunidades e do território, buscando garantir o empoderamento de agricultores familiares na formação, implementação e no “controle social” de políticas públicas direcionadas às suas necessidades.

Quando se retrata o empoderamento dos agricultores, deve-se dar uma atenção ao fortalecimento emancipatório destinado às mulheres. A preocupação com o espaço da mulher como protagonista abriu espaços para a problematização dos conflitos e das dificuldades vivenciadas por elas no processo de construção agroecológica. Assim, criou-se um espaço de sistematização preocupado com as questões que as envolvem no que tange: ao resgate da sua história e da sua trajetória de vida, ao buscar entender em que contexto as suas experiências se desenvolvem; à sua autonomia política, ao valorizar e incentivar a sua participação nos espaços públicos; à geração de renda e sua autonomia financeira, a partir da sua inserção nos diversos espaços de comercialização da produção agrícola. Elas também realizam cursos de formação de pedreiras, com o objetivo de habilitá-las a construir suas próprias cisternas e inseri-las no mercado de trabalho.

A partir do momento em que a mulher se insere nesse processo educativo, participando das reuniões e intercâmbios, está contribuindo consideravelmente para a melhoria de sua autoestima, autonomia e formação de sua cidadania. Dessa forma, apesar de não focar nas questões de gênero, os programas investigados abrem espaço para a participação da mulher, tendo em vista o foco das ações voltadas para a família, por meio da experimentação de formas e de práticas de convivência com o semiárido, o que inclui a produção e o beneficiamento dos alimentos bem como a sua comercialização, permitindo uma maior visibilidade para sua experiência.

Outro grupo de beneficiários que emergiu na pesquisa realizada remete aos ganhos sobre empoderamento político dos jovens, no que se refere às possibilidades que são desenvolvidas para a superação dos desafios vivenciados para que estes permaneçam na região. O ator organizacional tem uma preocupação nas capacitações de jovens agricultores, e para isso aborda as questões de protagonismo e a participação nas discussões que envolvem a juventude em seu meio social, e estes se apropriam de técnicas e conceitos, por exemplo, a produção de uma horta pequena e a comercialização de seus produtos na feira, o que possibilita a visualização de opções para a sua permanência no campo. Além disso, o ator organizacional estimula a formação do espírito de coletividade e de cooperativismo, de modo que esses jovens entendem a importância e lutam pelos seus direitos, ocupando espaços que discutam políticas públicas para a juventude rurais.

Quanto ao papel de promover ganhos e respostas econômicas, deve-se enfatizar o processo social do homem do campo, refletindo sobre o estado de miséria em que sempre se encontrou, por causa da apropriação desigual do espaço, bem como da concentração de renda nas classes dominantes. O programa das cisternas, mais especificadamente o P1+2, contribui para esse ganho, fazendo com que as famílias atuem, de forma mais efetiva, na esfera da produção agrícola e no desenvolvimento do território. Proporciona melhoria significativa na renda familiar, por meio da venda dos produtos cultivados e possibilita sua participação em representações sociais e nas feiras agroecológicas. Como consequência, acontecem as mudanças nas relações sociais, por intermédio do estabelecimento de alternativas de reconfiguração da produção dos agricultores de acordo com a realidade do território, da produção de conhecimentos relativos a uma nova perspectiva agroecológica e do aproveitamento das potencialidades que o semiárido oferece. Outro ganho econômico é gerado pelo fortalecimento da capacidade sociopolítica por intermédio dos fundos rotativos solidários, orientados pelo interesse de sobrevivência econômica da comunidade, baseados em laços de reciprocidade, que fortalecem a sociedade civil no que se refere a sua organização produtiva e à inserção da economia mercantil, por meio do compartilhamento de recursos disponíveis.

No que se refere ao papel do ator organizacional em promover ganhos e respostas culturais, evidenciou-se que esse papel advém de uma garantia da pluralidade étnica e cultural das comunidades que habitam o território do semiárido brasileiro, buscando garantir nas políticas públicas conquistadas o fortalecimento e a manutenção das suas identidades culturais, o respeito ao conhecimento tradicional das ações inovadoras que contribuam para a valorização regional.

Na experiência da ASA, ficaram evidentes a elaboração da cultura de convivência com a seca e os processos educativos relacionados a essa cultura. Esse processo formativo das comunidades envolvidas abre espaço de diálogo para uma representação do contexto territorial investigado, enxergando as possibilidades de satisfação das necessidades daqueles agricultores do campo a partir da articulação do saber popular com o saber sistematizado e técnico. Criam-se, assim, novas oportunidades para a emancipação dos atores sociais que vivem no semiárido brasileiro, capacitando-os no desenvolvimento de novas habilidades que possibilitam o uso e o manejo das inovações sociais e de organização enquanto comunidade, a partir de suas demandas sociais. Nesse sentido, as cisternas se tornaram símbolo de um novo momento que envolve todo um arranjo social na busca pela valorização do saber das comunidades rurais, visando à transformação dessa realidade, porém, de forma respeitosa, com inovações sociais adequadas a essa região.

Por fim, os ganhos ambientais não são considerados apenas uma questão ecológica, mas uma variável interdependente das dimensões econômicas, culturais e sociais que refletem uma aproximação entre o meio ambiente e o desenvolvimento do semiárido e que envolvem a discussão sobre a necessidade de se promover um manejo sustentável da sua base de recursos naturais. Nesse contexto, as ações desenvolvidas pelas organizações da sociedade civil, dentro do enfoque ambiental, buscam respeitar o meio ambiente, considerando as especificidades de cada microterritório. As capacitações e as experiências de campo servem, principalmente, para orientar o manejo sustentável, estimular os agricultores a respeitar sua realidade, mas também aperfeiçoá-la, identificando os elementos do local e fazendo perceber a importância de se adotar as práticas de proteção ambiental.

Desse modo, os técnicos têm a função de apoiar a capacitação dos produtores quanto à promoção do aumento da produtividade dos animais, do suporte forrageiro, além de melhorar o padrão das propriedades e cuidados com a ordenha. Outro exemplo identificado se refere ao conjunto de experiências desenvolvidas pelos próprios atores sociais, na conservação e no manejo da diversidade de sementes locais, também chamadas de crioulas, tornando-se uma condição indispensável para que os sistemas agroecológicos sejam estruturados e se mantenham produtivos.

No âmbito dos espaços de convivência e aprendizado entre os agricultores do semiárido, emerge a reflexão sobre o quanto se tem produzido a mais, o quanto se ganhou com a preservação do solo, o como se chega a uma agricultura sustentável e a uma produção agroecológica (que se posiciona em confronto à produção com agrotóxico, com veneno ou outras práticas de agricultura inadequadas). Nesse contexto, as ações desenvolvidas pelos projetos analisados buscam melhorar a qualidade alimentar das comunidades beneficiadas e despertar seus interesses para práticas ambientais sustentáveis, por meio da produção de sementes limpas (sem agrotóxicos) e da preocupação com o uso e com a proteção do solo.

Dessa forma, as ações implementadas pelo ator organizacional e que envolvem os projetos P1MC e P1+2 se correlacionam com o paradigma do desenvolvimento local e territorial, a partir do momento em que ocorrem mudanças nas concepções e perspectivas de intervenção no semiárido, sendo possível o convívio com a seca, com o fortalecimento do incentivo às atividades econômicas apropriadas ao contexto. No entanto, há de se considerar ainda que a inovação social decorrente do ator organizacional (ASA) não conseguiu equacionar todas as demandas de água potável para as populações rurais do semiárido, justificada pela vulnerabilidade dessas populações, mas que se torna uma ação transformadora e desencadeante de novas demandas e movimentos para que novas formas de acesso e uso democrático da água passem a ser implementados como políticas públicas contextuais.

Considerações finais

O objetivo deste trabalho foi analisar o papel do ator organizacional no processo da transformação social em territórios como promotor de ganhos e respostas sociais, adotando, como estudo de caso, a Articulação do Semiárido (ASA). Nesse sentido, foram identificados os papéis de transformar socialmente os territórios, gerar ganhos sociopolíticos bem como ganhos econômicos, culturais e ambientais.

Percebeu-se que definir ganhos e respostas sociais provenientes das inovações sociais deve ser entendido não apenas como critério definidor de mediação para utilização de tecnologias, mas como uma ferramenta que alcance a quem dela precisa e que gere como resultado um ganho social

proveniente da mudança do ambiente que tenha ênfase na geração de respostas adequadas aos problemas sociais em contextos específicos.

Entender o papel dos atores organizacionais que estão à frente de iniciativas de inovação social contribui para o planejamento de ações estratégicas que poderão ser adotadas para promover um ciclo contínuo de inovações sociais, apontando pontos de partidas plausíveis. Quanto ao ganho sociopolítico, conclui-se que ele está relacionado ao empoderamento das comunidades envolvidas, resultando em um processo de desenvolvimento de novas formas de organização do trabalho e de novas práticas sociais que visam torná-las atores ativos na busca por satisfazer suas necessidades.

Outro papel identificado é o de estimular ganhos e respostas econômicas que enfatizam o processo social dos envolvidos; ganhos e respostas culturais, que envolvem a garantia da pluralidade étnica e cultural das comunidades beneficiadas, buscando fortalecer e manter sua identidade cultural, a partir do respeito ao conhecimento tradicional e da adoção de ações inovadoras que contribuam para a valorização regional; por fim, o estímulo aos ganhos ambientais que não estão relacionados apenas às questões ecológicas.

Observou-se, assim, que uma inovação social deve ser entendida não apenas como critério definidor de mediação para utilização de tecnologias, mas como uma ferramenta que alcance a quem dela precise e que gere como resultado um ganho social proveniente da mudança do ambiente que tenha ênfase na geração de respostas adequadas aos problemas sociais em contextos específicos.

Conclui-se, portanto, que a iniciativa de inovação social estudada se caracteriza por sua disseminação vinculada às ações específicas articuladas em rede e adaptadas aos contextos, tendo o ator organizacional como principal condutor e representante da transição paradigmática.

Referências

- ANDRÉ, I.; ABREU A. Dimensões e espaços da inovação social. *Finisterra*, XLI, 81, pp. 121-141, 2006.
- ARNIANI, M. et al. Collective Awareness Platform for Sustainability and Social Innovation: An Introduction. *Book Sprints for ICT Research*. 2014.
- ASA - ARTICULAÇÃO NO SEMIÁRIDO BRASILEIRO. *Declaração do Semiárido*. ASA: 1999. Disponível em: <www.asabrasil.org.br> Acesso em: 07 jun. 2015.
- ASSOGBA, Y. *Théoriesystémique de l'actionsociale et innovation sociale*. Innovation sociale et développement des communautés, Alliance de recherche université-communauté, 2010.
- Bardin, L. *Análise de conteúdo* (Edição revista e atualizada). Lisboa: Edições 70, 2011.
- BEPA. *Empowering people, driving change- social innovation in the European Union*. Publications Office of the European Union. Luxemburgo, 2011.
- Bitterncourt, B; Ronconi, L. Políticas de Inovação social e Desenvolvimento: O caso da Bolsa de Terras. *Revista Administração Pública*, vol. 50, n. 5, pp. 795-818, 2016.
- Bock, B. Rural marginalization and the role of social innovation: a turn towards nexogenous development and rural reconnection. *Sociologia Ruralis*, 2016.
- BORZAGA, C.; DEFOURNY, J. *The emergence of social enterprise*. Psychology Press, 2004.
- Bosworth et al. *Identifying Social Innovation in Local Rural Development Initiatives*. Paper present at European Society for Rural Sociology Congress. Aberdeen., 2015.
- BUCKLAND, H.; MURILLO, D. *Antena de la innovación social*. Víashaciael cambio sistémico. Ejemplos y variables para lainnovación social. Barcelona: Instituto de Innovación Social, ESADE, Universidad Ramón Llull.[Links], 2013.

- CAJAIBA-SANTANA, G. Social innovation: Moving the field forward. A conceptual framework. *Technologica IForecasting and Social Change*, 82, 42-51, 2014.
- CARON, A. Inovação Social e o Papel da Indústria. In: FARFUS, D.; ROCHA, M. C. de S. *Inovações Sociais*. (Coleção Inova; V. II). Curitiba: SESI/SENAI/IEL/UNINDUS, 2007.
- CLOUTIER, J. Qu'est-ce que l'innovation sociale? *Cahier de recherche du CRISES*, n. ET0314, Montreal: UQAM, 2003.
- Copus et al. *Social Innovation in Local development: Lessons from the Nordic countries and Scotland*. NORDREGIO, Working Paper, 2017.
- Correia, S. É. N.; Oliveira, V.; Gomez, C. R. P. Dimensions of social innovation and the roles of organizational actor: the proposition of a framework. *RAM. Revista de Administração Mackenzie*, 17(6), 102-133, 2016.
- CRESWELL, John W. *Projeto de Pesquisa: métodos qualitativo, quantitativo e misto*. Tradução Magda Lopes; consultoria, supervisão e revisão técnica desta 3a edição Dirceu da Silva. Porto Alegre: Artmed, 2010.
- EVA, B., et al. *Blueprint of Social Innovation Metrics: Contributions to an understanding of the opportunities and challenges of social innovation measurement*. TEPSIE, University of Heidelberg, 2013.
- FARFUS, D.; ROCHA, M. C. Inovação social: Um conceito em construção. In: FARFUS, Daniele; ROCHA, Maria Cristhina de Souza (orgs.). *Inovações sociais*. Curitiba: SESI/SENAI/IEL/UNINDUS, 2007. (COLEÇÃO INOVA; V. 2).
- Fiksel, J.; Eason, T.; Frederickson, H. *A Framework for Sustainability Indicators at EPA*; National Risk Management Research Laboratory: Cincinnati, OH, USA, 2012.
- Flick, U. *An introduction to qualitative research*. Sage, 2009.
- Fontan, J.; Klein, L.; Lévesque, B. *Reconversion économique et développement territorial: le rôle de la société civile*. Québec: Presses de l'Université du Québec. 2003.
- Fontan, J.; Klein, L.; Tremblay, G. *Innovation socioterritoriale et reconversion économique: le cas de Montréal*. Paris: L'Harmattan, 2005.
- Gabriela, L. (2012). Social innovations in the context of modernization. *Sociologia*, 44(3), 291-313, 2012.
- GODIN, B. *Social Innovation: utopias of innovation from c.1830 to the present*. Project on the Intellectual History of Innovation. Working Paper nº. 11, 2012.
- Howaldt, J.; Domanski, D.; Kaletka, C. Social Innovation: towards a new innovation paradigm. *RAM. Revista de Administração Mackenzie*, 17(6), 20-44, 2016.
- Howaldt, J.; Kopp, R.; Schwarz, M. Social Innovations as Drivers of Social Change—Exploring Tarde's Contribution to Social Innovation Theory Building. In *New Frontiers in Social Innovation Research* (pp. 29-51). Palgrave Macmillan UK, 2015.
- HULGARD, L.; FERRARINI, A. V. Inovação social: rumo a uma mudança experimental na política pública? *Ciências Sociais Unisinos*, v. 46, n. 3, p. 256263, 2010.

KLEIN, J.; HARRISSON, D. *L'innovation sociale: Émergence et effets sur la transformation des sociétés*. Press de l'Université du Québec, 2007.

KLEIN, Juan-L.; TREMBLAY, Pierre-A. The social economy: a springboard for local development projects? In: BOUCHARD, Marie J. *Innovation and the social economy*. The Québec experience. Toronto: University of Toronto Press, 2013. p. 229-250.

LÉVESQUE, Benoît. Le potentiel d'innovation et de transformation de l'économie sociale: quelques éléments de problématique. *Revista Interações*, v. 9, n. 2, p. 191-216, 2008.

LÉVESQUE, B. Les entreprises d'économie sociale, plus porteuses d'innovations sociales que les autres? In: *Colloque Du Cqrs au Congrès de L'Acfas*, 2001, Montreal, Cahiers du CRISES, v. 0205, 2002.

MacCallum, D. (Ed.). *Social innovation and territorial development*. Ashgate Publishing, Ltd., 2009.
Manzini, E. Making Things Happen. Massachusetts Institute of Technology. *Design/Issues*: v. 30, n. 1, winter, 2014.

Moulaert, F. (2009). Social Innovation: Institutionally Embedded, Territoriality (Re)Produced. Chapter 1 in MacCallum, D., Moulaert, F., Hillier, J., and Vicari Haddock, S. *Social Innovation and Territorial Development*, Ashgate, Farnham.

MOULEART, F., et al. *The International Handbook on Social Innovation: Collective action, Social Learning and Transdisciplinary Research*. Edward Elgar Publishing Limited, 2013.

MULGAN, G., et al. *Social innovation. What it is, why it matters and how it can be accelerated*. London: Young Foundation, 2007.

MURRAY, R., et al. *The open book of social innovation*, Social Innovator Series. London: NESTA, 2010.

NEUMEIER, S. Why do Social Innovations in Rural Development Matter and Should They be Considered more seriously in Rural Development Research? *Sociologia Ruralis*, v. 52, n. 1, p. 48-69, 2012.

NOLL, Heinz-Herbert. Social indicators and Quality of Life research: Background, achievements and current trends. In: *Advances in Sociological Knowledge*. VS Verlag für Sozialwissenschaften, 2004. p. 151-181.

PAIVA JÚNIOR, F. G. de; LEÃO, A. L. M. de S.; MELLO, S. C. B. de. Validade e Confiabilidade na Pesquisa Qualitativa em Administração. *Revista de Ciências da Administração*, v. 13, n. 31, p. 190-209, set/dez 2011.

PHILLS JR., J. A.; DEIGMEIER, K.; MILLER, D. T. Rediscovering social innovation. *Stanford Social Innovation Review*, Fall, p. 34-43, 2008.

POL, E.; VILLE, S. Social innovation: Buzz word or enduring term? *Journal of Socio-Economics*, Dec, Vol. 38 Issue 6, p878-885, 2009.

PRATT, B. *Global changes and civil society – background paper for 'Civil society at a new frontier'* INTRAC, 2011

STIGLITZ, J.; SEN, A.; FITOUSSI, J. *Report by the Commission on the Measurement of Economic Performance and Social Progress*. Paris: 2009.

TARDIF, C.; HARRISSON, D. Complémentarité, convergence et transversalité: la conceptualisation de l'innovation sociale au CRISES. In: CRISES. Centre de Recherche Sur Les Innovations Sociales. *Cahiers du CRISES*. Québec, 2005.

Warnock, R. Harnessing the Power of Social Innovation to Drive the Northern Ireland Economy. *Northern Ireland Executive (Draft)*, 2013.

YIN, Robert K. *Qualitative Research from start to finish*. New York: The Guilford Press, 2015.



Esta obra está licenciada com uma Licença Creative Commons Atribuição 4.0 Internacional.